

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB
ESTADO DE SÃO PAULO**

ATA da 309ª Reunião da CIB

DATA/HORÁRIO: 18/03/2021 – 14h30min

LOCAL: Sala de Reuniões do CES

MEMBROS TITULARES (presentes)

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano
Dra. Silvany L. Cruvinel Portas
Dra. Alexandra M. Fidêncio
Dra. Regiane A. Cardoso de Paula
Dr. Geraldo Reple Sobrinho
Dra. Carmem Sílvia Guariente
Dra. Adriana Martins de Paula
Dr. Tiago Texera

MEMBROS SUPLENTE (presentes)

Eliana de Fátima Paulo
Nelson Yatsuda

Participantes: (listados apenas os nomes legíveis)

Aparecida Linhares Pimenta
Arnaldo Sala
Elaine Maria Giannotti
Lidia Tobias Silveira
Maria do Carmo Camis
Marizete P. Medeiros
Roxane Coutinho
Sandra Regina Sestokas Zorzeto
Sônia Freire
Tatiana Lang D'Agostini

I. Aprovação da ATA anterior

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo cumprimenta a todos desejando uma reunião produtiva e de consenso.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS cumprimenta a todos e em seguida pergunta se há alguma observação a ser feita com relação à ata anterior. Na ausência de manifestações a mesma é aprovada por unanimidade.

II. Homologações

1. Credenciamento:

1.1 Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com AVC - Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

1.1.1 DRS 06 – Município de Avaré – habilitação como Centro de Atendimento de Urgência tipo II aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC) - 06 leitos, Santa Casa de Misericórdia de Avaré, CNPJ 44.584.019/0001-06, CNES 2083604, sob a gestão Municipal. A unidade está inserida na readequação do PAR da RUE da RRAS 09, aprovada e publicada na Deliberação CIB 03, de 14/02/2014. Impacto financeiro estimado em R\$ 57.487,50/mês, R\$ 689.850,00/ano.

1.2 SRT-Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental – Portarias de Consolidação GM/MS 3, 5 e 6 de 28/09/2017, Resolução CIT nº 32 de 14/12/2017 e Portaria GM/MS nº 3588 de 21/12/2017.

1.2.1 Prefeitura Municipal de Santana da Parnaíba - Credenciamento 01 SRT Tipo II (07 moradores) - Gestão Municipal, CNES do CAPS de referencia 3558665 CNPJ 46.522.983/0001-27. Recurso financeiro fixo de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) mensais.

1.2.2 Prefeitura Municipal de Promissão - Credenciamento 01 SRT Tipo II (10 moradores) - Gestão Municipal, CNES do CAPS de referencia 9394087 CNPJ 44.558.856/0001-52. Recurso financeiro fixo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais.

1.3 CAPS – Centro de Atenção Psicossocial – Portarias de Consolidação GM/MS nº 3, 5, e 6 de 28/09/2017 e Resolução CIT nº32 de 14/12/2017.

1.3.1 Prefeitura Municipal Mirante do Paranapanema – Credenciamento do Centro de Atenção Psicossocial I (CAPS I) - gestão municipal, CNPJ 44.937.365/0001-12, CNES 0245992. Recurso financeiro fixo R\$ 28.305,00 (vinte e oito mil e trezentos e cinco reais) mensais.

Relatoria: CRS/Saude Mental/CCD/SES

2. Portaria GM/MS nº 2.226, de 18/09/2009 – Liberação da 3º Parcela – referente à Política Nacional de Atenção Básica – Implantação de Unidade Básica de Saúde.

DRS	MUNICIPIO	Nº PROPOSTA	Certificado de Conclusão
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	TURMALINA	13936078000116002	OK

Relatoria: AB/CRS/SES

3. CEO – Centro de Especialidades Odontológicas – Portaria de consolidação nº 05 de 28/09/2017, origem Portaria nº 599 de 23/03/2006 sobre a implantação de Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e de Laboratórios Regionais de Prótese dentária - LRPD e estabelece critérios normas e requisitos para o seu credenciamento, atualizada pela Portaria 2.373 de 07/10/2009; Portaria de consolidação nº 06 de 28/09/2017, origem Portaria nº 600, de 23/03/2006, atualizada pelas Portarias GM/MS nº 1.464, de 24/06/2011 e nº 1.341, de 13/06/2012 sobre o financiamento, meios de monitoramento e os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos CEO. Portaria nº 283 de 22/02/2005, de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação.

DRS	MUNICÍPIO	SOLICITAÇÃO	DESCRIÇÃO
CAMPINAS	SÃO PAULO	Requalificação de CEO Tipo II, para CEO Tipo III	Requalificação de CEO tipo II, para CEO Tipo III Centro de Especialidades do Município de Jundiaí, CNES 6806449;
GRANDE SÃO PAULO	SUZANO	Implantação e Credenciamento de CEO Tipo I	Antecipação – incentivo financeiro em parcela única para construção/reforma/ampliação e aquisição de equipamentos/materiais permanentes; credenciamento-incentivo de custeio mensal.

Relatoria: Saude Bucal/AB/CRS/SES

4. Portaria GM/MS nº 381 de 06 de fevereiro de 2017 – Dispõe sobre as transferências, fundo a fundo, de recursos financeiros, do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de obras de construção, ampliação e reforma. Art. 4º A proposta de projeto para recebimento de transferência de recursos financeiros fundo a fundo para obra deverá estar embasada em um planejamento integrado, nos seguintes termos:
I - as obras financiadas fundo a fundo deverão inserir-se em plano de saúde e programação anual de saúde, assim como discutidas e pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), com previsão dos recursos necessários para operação e manutenção, e a necessidade de responsabilidade compartilhada sobre o custeio, caso se aplique;

DRS	MUNICIPIO	Nº PROPOSTA	COMPONENTE	Valor
GRANDE SÃO PAULO	SANTO ANDRÉ	11243645000118002	REFORMA	599.952,00
MARÍLIA	OSCAR BRESSANE	11910076000119002	AMPLIAÇÃO	199.975,00
REGISTRO	CAJATI	138332130001119007	AMPLIAÇÃO	276.749,63

Relatoria: AB/CRS/SES

5. Emenda Parlamentar Federal.

5.1 Gestão municipal

DRS	MUNICÍPIO	NOME DA UNIDADE	Nº PROPOSTA	OBJETO	VALOR SOLICITADO	CONTRAPARTIDA SE HOUVER
SOROCABA	ARAÇARIGUAMA	Secretaria Municipal de Saúde	36000.2375362/01-800	Incremento MAC	150.000,00	-
SOROCABA	ARAÇARIGUAMA	Secretaria Municipal de Saúde	36000.2375372/01-800	Incremento MAC	86.200,00	-
SOROCABA	PIEDADE	Secretaria Municipal de Saúde	36000.2726132/01-900	Incremento MAC	162.110,00	-
SOROCABA	PILAR DO SUL	Secretaria Municipal de Saúde	36000.2670032/01-900	Incremento PAB	400.000,00	-
SOROCABA	PILAR DO SUL	Secretaria Municipal de Saúde	36000.2706832/01-900	Incremento PAB	371.416,00	-
SOROCABA	SALTO DE PIRAPORA	Secretaria Municipal de Saúde	36000.2685522/01-900	Incremento PAB	200.000,00	-
SOROCABA	SÃO ROQUE	Hospital e Maternidade Sotero de Souza	36000.2729862/01-900	Incremento MAC	750.000,00	-
SOROCABA	CERQUILHO	Secretaria Municipal de Saúde	36000.3525112/02-000	Incremento MAC	120.000,00	-
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	ADOLFO	SMS de Adolfo	11717.981000/1200-05	Aquisição de Equipamentos/Material Permanente	149.992,00	-
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	ADOLFO	SMS de Adolfo	11717.981000/1200-06	Aquisição de Equipamentos/Material Permanente	99.999,00	-
BAIXADA SANTISTA	SÃO VICENTE	Hospital e Maternidade Municipal de São Vicente – CNES 6966594	11899.413000/1200-03	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Atenção Especializada em Saúde	R\$ 578.843,00	-
MARÍLIA	MARÍLIA	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Marília	40630003	Aquisição ventilador pulmonar e monitores multiparâmetro	175.000,00	-
MARÍLIA	MARÍLIA	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Marília	41270001	INCREMENTO TETO MAC	100.000,00	-
MARÍLIA	MARÍLIA	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Marília	38990012	INCREMENTO TETO MAC	200.000,00	-
MARÍLIA	GARÇA	UBS MARIA LUCIA FERREIRA CAVALLINI - 2033062/UBS DR ADAUTO GONÇALVES COLLETES - 2038838/UBS DR JURANDIR UBIRAJARA GUIMARAES - 2031426/UBS DR ERNESTO GAION - 2038862/UBS DR DECIO	36000.3509872/02-000	Aquisição De Equipamento/Material Permanente	100.000,00	-

		NOBRE MOREIRA - 2044358/UBS DR ACACIO ALVES DE SOUZA I – 2033054/ UBS DR ACACIO ALVES DE SOUZA II – 7515111/ UBS DR JOSE BARBOSA - 2035146/ UBS HELENA GARCIA MULLER – 2077809/ UBS DR ASDRUBAL BORGES DE BARROS – 2077817/ UBS DR JOSE MARTINHO PALERMO I- 3460983/UBS DR JOSE MARTINHO PALERMO II- 9256903				
MARÍLIA	MARÍLIA	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Marília	31350002	INCREMENTO TETO MAC	100.000,00	-

Relatoria: CRS/SES

- 6. Municípios contemplados mediante Portarias Específicas com Recursos Federais repassados na modalidade Programa/Ação – Propostas Cadastradas no Fundo Nacional de Saúde, mediante Programas/Ações definidos pelo Ministério da Saúde.**

6.1 Gestão Municipal:

DRS	MUNICÍPIO	UNIDADES CONTEMPLADAS	Nº Proposta	Portaria	AÇÃO	VALOR
TAUBATÉ	TAUBATÉ	Secretaria Municipal de Saúde - HMUT	10480.722000/1200-07	Portaria nº 2.556, de 24/09/2020	Estruturação Triagem Auditiva Neonatal	169.950,00
TAUBATÉ	TAUBATÉ	Secretaria Municipal de Saúde - HMUT	10480.722000/1200-09	Portaria nº 3.664, de 21/12/2020	Estruturação Maternidade Enfrentamento de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus.	579.023,00
BAIXADA SANTISTA	SANTOS	Complexo Hospitalar dos Estivadores CNES 6998704	11939.7230001/20-007	Portaria GM/MS 3186 de 26/11/2020	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	578.981,00
BAIXADA SANTISTA	SANTOS	Hospital e Maternidade Municipal Dr. Silvério Fontes CNES 2698463	11939.7230001/20-007	Portaria GM/MS 3186 de 26/11/2020	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	164.925,00

Relatoria: CRS/SES

7. UPA – Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

7.1 Município de São José dos Campos – habilitação para custeio das UPA's:

- UPA 24h Novo Horizonte: Porte II, Opção custeio VIII, CNES 3708616.
- UPA Eugênio de Melo: Porte I, Opção de custeio III, CNES 3708608.
- UPA Alto da Ponte: Porte II, Opção de custeio V, CNES 0009296.

7.2 Município de São Carlos – habilitação para custeio da UPA:

- UPA 24h Aracy: Porte I, Opção de custeio III, CNES: 0287687

7.3 Município de Piracicaba – Qualificação da UPA:

- UPA Nova Vila Cristina, CNES: 0135062

Relatoria: CRS/SES

8. SAMU – Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

8.1 SAMU de Piracicaba – ampliação da frota, com inclusão de 02 Unidades de Suporte Básico (USB) para o município de Piracicaba, CNES 050420352 e CNES 060422894.

Relatoria: CRS/SES

9. Referendar Deliberações CIB *ad referendum*, publicadas antes da reunião da CIB, de 18/03/2021 abaixo relacionadas:

DELIBERAÇÃO Nº	ASSUNTO	DATA/PUBLICAÇÃO - D.O.E.
24	Nota Técnica CIB – Orientações para pactuação dos recursos financeiros, para o fortalecimento, do acesso às ações integradas, de rastreamento, detecção precoce e controle do Câncer de Mama e de Colo de Útero.	20/02/2021

Relatoria: CPS/SES

Encaminhamento: Todos os itens foram aprovados

III. DISCUSSÕES/PACTUAÇÕES

1. Transferências de Teto.

1.1 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de Marília.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
MARÍLIA	TUPÃ	15.465,05		O município de Tupã recebe o valor anual de R\$ 15.465,05 referente a transferência de 1 paciente morador do Serviço de Residência Terapêutica do município de Parapuã para o Serviço de Residência Terapêutica do município de Tupã, tendo em vista que o SRT de Parapuã será desativado.
MARÍLIA	OURINHOS	15.465,05		O município de Ourinhos recebe o valor anual de R\$ 15.465,05 referente a transferência de 1 paciente morador do Serviço de Residência Terapêutica do município de Parapuã para o Serviço de Residência Terapêutica do município de Ourinhos, tendo em vista que o SRT de Parapuã e de Rinópolis será desativado.
MARÍLIA	PARAPUÃ		30.930,10	O município de Parapuã transfere o valor anual de R\$ 30.930,10 referente a transferência de 2 pacientes moradores do Serviço de Residência Terapêutica do município de Parapuã para o Serviço de Residência Terapêutica do município de Ourinhos (1 paciente) e de Tupã (1 paciente), considerando que o SRT de Parapuã será desativado.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência Abril de 2021.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

DRS	MUNICIPIO/INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	Procedimentos por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimentos Correspondentes	Valor Médio do Procedimento na tabela SUS	Valor financeiro anual a ser transferido
MARÍLIA	TUPÃ	M	(R)	0301-08	1 Paciente (1*365)	42,37	R\$ 15.465,05
	OURINHOS	M	(R)	0301-08	2 Pacientes (1*365)	42,37	R\$ 15.465,05
	PARAPUÃ	M	(T)	0301-08	2 Pacientes (2*365)	42,37	R\$ 30.930,10

TRANSFERÊNCIA DE TETO FINANCEIRO MAC A PARTIR DA COMPETÊNCIA ABRIL DE 2021.

1.2 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS da Grande São Paulo.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
GRANDE SÃO PAULO	SUZANO	15.465,05		Recebe a importância de R\$ 15.465,05/Ano, referente à diária de internação de 01(um) paciente oriundo do Centro de Atenção Integral à Saúde de Santa Rita do Passa Quatro - CAIS –Nível II - CNES: 2091275, sob gestão estadual, que foi transferido para o serviço de Residência Terapêutica no município de Suzano, em decorrência do processo de desospitalização.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de abril 2021.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

DRS	MUNICIPIO/INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	Procedimentos por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimentos Correspondentes	Valor Médio do Procedimento na tabela SUS	*Valor financeiro anual a ser transferido
-----	-----------------------	--------	-----------------------------	------------------------------------	--	--	--

RIBEIRÃO PRETO	Centro de Atenção Integral à Saúde de Santa Rita do Passa Quatro	GE/MAC	(T)	03.03.17.009-3	1 paciente	42,37	15.465,05
	Suzano	GM/MAC	(R)	03.03.17.009-3	1 paciente	42,37	15.465,05
*(Valor da diária x nº pacientes x 365 dias)							
Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência março 2021							

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da Coordenadoria de Planejamento de Saúde – CPS/SES apresenta as transferências de teto aprovadas em CIR, para aprovação em CIB.

Encaminhamento: Aprovado.

2. Aprovação e atualização da Nota Técnica – Diretrizes para a readequação dos Planos de Ação Regional de Prevenção e Controle do Câncer, no Estado de São Paulo.

Sonia Freire – GPA/CRS/SES coloca que foram feitas algumas inclusões em relação a nota técnica elaborada no ano passado e foi discutido no grupo condutor e a proposta é que a programação para as regiões de saúde em relação a oncologia seja refeita até julho é a nossa proposta, vamos ver se isso vai poder acontecer até julho de 2021.

Encaminhamento: Aprovado.

3. Aprovação de Deliberação CIB referente a pactuação da distribuição de recursos financeiros, para as ações integradas de rastreamento, detecção precoce e controle do Câncer de Mama e de Colo de Útero, Portaria GM/MS nº 3.712 de 22/12/2020.

Sonia Freire – GPA/CRS/SES coloca que será encaminhado ao Ministério até 31/03. Informa que as regiões de saúde estão pactuando e será consolidado ainda, pois ainda estão pactuando. Diz que, para o estado soma-se um total de dezesseis milhões, sendo onze para mama e cinco para colo de útero.

Encaminhamento: Aprovado.

4. Aprovação de Ofício CIB ao MS (cópia ao CONASS e CONASEMS) – custeio da Atenção Básica, no âmbito do Programa Previne Brasil, para o ano de 2021 – Portaria GM/MS nº 166, de 27/01/2021.

Arnaldo Sala, AB/CRS/SES cumprimenta a todos e coloca que este item trata de aprovação de Ofício CIB para o Ministério da Saúde referente ao custeio da Atenção Básica, do Programa Previne Brasil. Diz que foi discutido no GT da Atenção Básica, quais os impactos efetivos para

2021 dado inclusive o recrudescimento da pandemia e as dificuldades que permanecem em relação a cadastramento. Propõe um novo Ofício CIB para o Ministério da Saúde, elaborado pelo GT AB com cópia para o CONASS e CONASEMS, pois há o entendimento que não é uma mera questão de ajuste técnico e sim uma questão de ter um posicionamento político para essa questão envolvendo o CONASS e CONASEMS que são representantes do Estado e Municípios junto à Bipartite. Ressalta que a proposta é que a CIB manifeste sua preocupação e os previstos contingenciamento orçamentários que os municípios paulistas enfrentarão no ano de 2021 nas transferências federais que cofinanciam a Atenção Básica através do Programa Previne Brasil. Diz que foi elaborada uma análise verificando que apesar destas regras para o ano de 2021 haverá perdas a partir de maio/2021, porque o cadastramento deixará de ser integral. Além disto, informa que existe uma situação para fazer o cadastramento no volume necessário será preciso credenciar e habilitar as equipes de Saúde da família ou as equipes de Atenção Básica. Explica que pela proposta orçamentária apresentada e ainda não aprovada que não haverá recurso para ampliar o número de equipes para fazer frente a manutenção do processo das regras de captação. Coloca para aprovação o Ofício CIB elaborado em conjunto com o COSEMS/SP.

Encaminhamento: Aprovado

5. Aprovação e Revalidação de Pleitos já Homologados, abaixo relacionados, por solicitação do Ministério da Saúde.

5.1 SRC e SDM – Portaria de Consolidação nº 03, de 28/09/2017 - Normas sobre as Redes do SUS; Capítulo V – Das Diretrizes de Cuidado e Prevenção do Câncer de Colo de Útero e do Câncer de Mama no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas - Seção I – do Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero – SRC e do Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama – SDM; Artigos 111 a 121 (do Anexo IV da PT nº 03); Portaria de Consolidação nº 06, de 28/09/2017 - Normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS; CAPÍTULO II - Dos Incentivos Financeiros no Bloco MAC – Seção XIII – Artigos 399 a 408.

5.1.1 DRS 6 – BAURU:

MUNICIPIO	CNES	PRESTADOR	SOLICITA HABILITAÇÃO	VALOR Incentivo	DELIBERAÇÃO CIB
BAURU	2790580	MATERNIDADE SANTA ISABEL	SDM Incentivo	80.000,00	DELIBERAÇÃO CIB nº 08 de 18/03/2016
BAURU	2790602	HOSP. ESTADUAL BAURU	SDM Incentivo	80.000,00	DELIBERAÇÃO CIB nº 08 de 18/03/2016
BAURU	2790602	HOSP. ESTADUAL BAURU	SRC Incentivo	30.000,00	DELIBERAÇÃO CIB nº 08 de 18/03/2016
BAURU	2790602	HOSP. ESTADUAL BAURU	SDM	Valor a ser calculado pelo MS	DELIBERAÇÃO CIB nº 08 de 18/03/2016

BAURU	2790602	HOSP. ESTADUAL BAURU	SRC	Valor a ser calculado pelo MS	DELIBERAÇÃO CIB nº 08 de 18/03/2016
JAU	2083086	HOSP. AMARAL CARVALHO	SDM Incentivo	80.000,00	DELIBERAÇÃO CIB nº 08 de 18/03/2016
JAU	2083086	HOSP. AMARAL CARVALHO	SRC Incentivo	30.000,00	DELIBERAÇÃO CIB nº 08 de 18/03/2016
BOTUCATU	2748223	HOSP. DAS CLINICAS BOTUCATU	SDM	Valor a ser calculado pelo MS	DELIBERAÇÃO CIB nº 20 de 26/04/2016
BOTUCATU	2748223	HOSP. DAS CLINICAS BOTUCATU	SDM Incentivo	80.000,00	DELIBERAÇÃO CIB nº 20 de 26/04/2016
BOTUCATU	2748223	HOSP. DAS CLINICAS BOTUCATU	SRC Incentivo	30.000,00	DELIBERAÇÃO CIB nº 20 de 26/04/2016

5.2 Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com AVC – Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

5.2.1 DRS 6 – Bauru:

MUNICIPIO	CNES	PRESTADOR	SOLICITA HABILITAÇÃO	VALOR Incentivo	DELIBERAÇÃO CIB
BAURU	2790556	Hospital de Base de Bauru	Habilitação como Centro de Atendimento de Urgência tipo I aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC)	O recurso financeiro relativo ao custeio do medicamento trombolítico será calculado pelo Ministério da Saúde.	DELIBERAÇÃO CIB nº 22 DE 16/03/2018

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, explica que são pleitos já homologados pela CIB e que todos os pleitos que ultrapassarem 6 meses devido à demora na análise do MS, deverão ser revalidados pela CIB.

Encaminhamento: Aprovado

6. Proposta de Nota Técnica CIB – Atendimento às Vítimas de Escorpionismo, no Estado de São Paulo.

Eliana de Fátima de Paulo, GPA/CCD/SES cumprimenta a todos e apresenta resumidamente a proposta de Nota Técnica CIB com as Orientações do Fluxo e Atendimento às Vítimas do Escorpionismo, no estado de São Paulo. Lembra que esta Nota Técnica foi elaborada em conjunto com o GT Bipartite de Vigilância em Saúde, a CRS, a rede de Urgência e Emergência, a Vigilância CVE e o COSEMS/SP.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES complementa que é uma nota de orientação que será divulgada para todo o Estado dos novos fluxos e novos serviços.

Encaminhamento: Aprovado

7. Descentralização do CEAF – Municípios de Jundiá e São José dos Campos.

Relatoria: Alexandra M. Fidêncio – CAF/SES

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES informa que, por solicitação da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica – CAF/SES este item será excluído das pactuações.

Encaminhamento: será postergado este pleito, pois o município solicitante aguarda os equipamentos para a inauguração da farmácia, para que, tão logo, possa solicitar a descentralização do CEAF.

8. Ofício CIB ao MS – solicitação de esclarecimentos relacionados ao tratamento de Toxoplasmose.

Dra. Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES explica que a proposta deste Ofício CIB é para solicitar esclarecimentos relacionados a vários pontos, do tratamento da Toxoplasmose. Diz que no Ofício será descrito todos os pontos necessários para o MS esclarecer, como: exames laboratoriais, alocação do componente mais adequado, adequação da forma farmacêutica.

Encaminhamento: Aprovado

9. Leitos de UTI para o Estado de São Paulo no enfrentamento da Covid-19 – 13ª remessa.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES explica que está se finalizando a 14ª remessa do mapa de leitos de UTI para o Estado de São Paulo, no enfrentamento da Covid19. Explica que ainda alguns municípios estão enviando a relação dos leitos. Coloca que nesta 14ª remessa houve um aumento de aproximadamente 800/900 leitos.

Encaminhamento: Aprovado

10. Aprovação de encaminhamento do pleito da Santa Casa de Misericórdia de Assis, gestão municipal, CNES – 2081083, do município de Assis, no valor de R\$ 8.237.784,36, a ser repassado em 12 parcelas, de R\$ 686.482,03, que solicita aporte financeiro emergencial, junto ao Ministério da Saúde, para custear déficit acumulado, decorrente da pandemia da COVID 19.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES ressalta que este pleito é mais um solicitando aporte especial, para custear déficit acumulado, decorrente da pandemia pela Covid19.

Encaminhamento: Aprovado

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo solicita a inclusão de dois pontos de pauta, um sobre a Resolução SS 42/2021 que dispõe sobre a reposição de valores recebidos pelas entidades, cujos repasses

decorreram de convênio, e pelos municípios, repassados mediante transferência fundo a fundo, destinados ao enfrentamento da pandemia, que configuraram pagamento cumulativo e o segundo ponto discutir também, o problema de estoque e produção de Oxigênio medicinal, no estado de São Paulo.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP inicialmente se desculpa pelo atraso e esclarece que terá que sair antes do término da reunião, devido à reunião extraordinária com o Governador, inclusive com participação do Dr. Geraldo e a Dra. Regiane. Em relação à Resolução SS 42/2021 a redação não está explicitando o entendimento em relação à solicitação do COSEMS. Diz que, a resolução será reescrita e republicada com os cuidados sobre todos os pontos e termos que foram aqui colocados.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema concorda com a condução do Secretário em reescrever e deixar mais claro o texto da resolução.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP, diz que a intenção não é monetária até porque não é esse o fator de desequilíbrio da nossa situação econômica. O intento não é monetário e sim tentar que isso esteja claramente estruturado dentro de uma lógica, que se entende a necessidade de se expressar de forma adequada e clara e será feito essa adequação.

Dr. Tiago Texera Secretário Municipal de Saúde de Jundiaí e membro da Diretoria do COSEMS/SP coloca que a intenção da Secretaria de Estado não é que os municípios paulistas devolvam esse recurso que já está sendo aplicado no combate ao enfrentamento ao novo coronavírus é adequar o texto para que comporte com que os municípios não tenham que devolver esse recurso para a secretaria de estado porque de fato os municípios estão desde janeiro sem nenhum recurso federal para o enfrentamento a pandemia. Afirma que o recurso estadual já transferido está sendo aplicado enquanto a União não caminha o Estado de São Paulo.

Nelson Yatsuda, CRS/SES coloca que a preocupação quanto a Resolução SS 42/2021 é não estar pagando para uma mesma assistência em duplicidade, outro problema, que na verdade é um erro técnico é a questão da produção e não é por produção, está se pagando, repassando na expectativa da disponibilização do leito, seja o leito de UTI, seja o de enfermaria. Afirma que será revisto a redação de forma que, ao invés de produção será a disponibilização do leito.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo ressaltava a preocupação, conforme consta no texto da resolução, a redação não ficou clara e todas as resoluções anteriores repassando recursos ficou muito claro que são para custear leitos de UTI, Clínica Médica, bem como, custeio de ações de saúde no enfrentamento ao novo coronavírus. Diz que, nesse sentido parte do recurso é utilizado para os leitos e o custeio das outras ações. Afirma que do jeito que está na resolução interpreta-se que os municípios terão que devolver os recursos que foram repassados, por duplo pagamento para o mesmo procedimento. Coloca que precisa discutir aqui e rever o texto desta resolução, pois devolver recursos repassados aos municípios, neste momento de caos preocupa os gestores municipais.

Nelson Yatsuda, CRS/SES coloca que ainda que, a intenção do Estado era manter os serviços já em funcionamento e garantir a permanência destes, na medida em que, o Ministério não estava autorizando e repassando recursos de custeio. Afirma que reconhece que o texto não está adequado e serão revistos os termos da resolução.

Elaine Maria Giannotti, assessora do COSEMS/SP coloca que, o texto da resolução não reflete a explicação dada aqui. Afirma que no texto está “para serem restituídos os valores que configuraram cumulativo por serviços prestados e faturados relativos à produção” e, no inciso primeiro, do parágrafo único do 1º artigo explicita que os serviços que não tiveram habilitações ou prorrogações concedidas pelo Ministério e sejam aqueles que não foram habilitados que estão faturando AIH. Diz que desta maneira entende-se que deveriam ressarcir ao Estado os valores de todas as AIHs que foram faturadas. Coloca que, no inciso 2º, o texto repete o inciso 1º, pois descreve os leitos de enfermaria dos casos menos graves sendo que o inciso primeiro já está indicando que é leito de clínica médica e de enfermaria sugerindo excluir o inciso. Conclui que, de fato a resolução está muito difícil de ser compreendida e precisa ficar claro o texto e também esse é o pior momento para solicitar ressarcimento de recurso aos municípios.

Nelson Yatsuda, CRS/SES esclarece que a disponibilidade do recurso foi no sentido de custeio desta assistência enquanto o Ministério não estava fazendo a sua parte, habilitação, autorização e respectivo financiamento. Diz que em relação aos termos tem que identificar os equívocos e rever com o Gabinete a correção da resolução e republicar.

Elaine Maria Giannotti, assessora do COSEMS/SP coloca ainda que se, a SES não tem a intenção de solicitar o ressarcimento do que foi faturado/produzido, mas, ressarcir aquilo que foi pago por leito não é o que está escrito na resolução. Coloca que em nenhuma das resoluções explicita-se que a intenção da SES é pagar até que seja habilitado e quando for

habilitado, se for retroativo, não está escrito em nenhuma resolução ficando difícil seu entendimento. Conclui reafirmando que não há ilicitude um serviço municipal ser custeado simultaneamente entre a União e o Estado desde que seja com recursos do Tesouro.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP propõe que seja revogada essa resolução do Secretário e não revisa-la, pois o COSEMS/SP considera que estes recursos são um importante apoio financeiro, do Estado, para os municípios enfrentarem a pandemia.

Encaminhamento: A SES fará a revisão do Teto da Resolução SS 42/2021.

IV. APRESENTAÇÕES/DISCUSSÕES

1. Atualização situação epidemiológica Arboviroses: destaque cenário Chikungunya.

Maria do Carmo R.S. Camis, CVE /CCD/SES, cumprimenta a todos e anuncia que como em todo o período sazonal é esperado o registro de maior número de notificações, embora ainda tenha um atraso importante não só na notificação, como na atualização dos dados. Diz que, observa-se um aumento dos casos Dengue notificados e confirmados porém o grande desafio para 2021 são os casos de Chikungunya que continuam aumentando na região da Baixada Santista, aumento importante em relação ao ano de 2020. Informa que estão concentrados na região da Baixada, em grande número no município do Guarujá, de Santos e de São Vicente. Esclarece que o Zika vírus está mais tranquilo, as regiões mais afetadas continuam sendo as de Araçatuba, Marília, São José do Rio Preto, embora na análise de identificação de clusters de risco nota-se surgindo na região de Registro e Itapeva. Ressalta que não se considera para 2021, um ano epidêmico e ressaltando que este é o momento dos municípios olharem para os seus serviços, para o controle de vetor e reorganizar as ações.

Lidia Tobias Silveira, Assessora do COSEMS/SP pergunta para Maria do Carmo em relação à sala de situação, quando teremos a próxima reunião?

Maria do Carmo R.S. Camis, CVE /CCD/SES diz que com relação a sala de situação, a coordenação já definiu quem irá coordenar a sala é a Cláudia, assessora da Coordenadora da CCD e será encaminhado até o dia 19/03/2021 para o COSEMS/SP uma proposta de agenda para realização da próxima reunião e discutir a periodicidade.

2. Covid-19:

Tatiana Lang, Diretora do CVE/CCD/SES cumprimenta a todos e inicia a apresentação dos dados da situação dos casos de Covid-19, no estado. Informa que, no mundo foram

confirmados 120.383.919 casos e 2.664.386 óbitos. No Brasil até o momento foram 11.519.609 casos confirmados e 279.286 óbitos e, no estado de São Paulo até hoje foram confirmados 2.261.360 casos e 66.178 óbitos. Coloca que, com o advento das festas de final do ano em 2020, ocorreu um aumento dos casos, no final de janeiro/2021. Informa que atualmente a taxa de mortalidade está em 2,92% sendo que, o sexo masculino representa 57% dos óbitos com uma mediana de idade de 71 anos. Apresenta o aumento do número de casos confirmados por cem mil habitantes nas seguintes regiões: Araraquara, Araçatuba, e Presidente Prudente. Demonstra as taxas de ocupação do Estado referentes aos leitos de UTI, atualmente com 90,3%. Informa ainda, o número de casos de síndrome imunossistêmica pediátrica com 136 casos confirmados na faixa etária de 15 a 19 anos, sendo a faixa etária que mais apresentou óbitos entre crianças e adolescentes. Confirma que até a data de hoje, 18/03/2021, o Ministério da Saúde disponibilizou para o Estado de São Paulo 6,1 milhões de doses, sendo que 5,2 milhões representam as vacinas do Butantan e 981 mil são as vacinas da Fiocruz. Apresenta a população contemplada com a vacina na fase 1 que foram: trabalhadores da saúde, os idosos em instituições de longa permanência, os deficientes maiores de 18 anos, a população indígena aldeada e os quilombolas e em relação aos idosos foram contemplados todos acima dos 77 anos. Afirma que as próximas fases serão contempladas os idosos de 75 a 76 anos, que corresponde a 420 mil pessoas com início na data de 19/03/2021, idosos de 72 a 74 anos representando 730 mil pessoas, para início no dia 29/03/2021 e os idosos de 70 a 71 anos que representam 600 mil pessoas para o dia 26/03/2021. Coloca ainda que o Governo do Estado adquiriu oitenta e três milhões de seringas e agulhas e o Ministério da Saúde forneceu dois milhões e trezentos e sete seringas e agulhas. Informa a quantidade de pré-cadastros no “Vacina Já”, atualmente com mais de 4 milhões de pré-cadastros realizados. Em seguida apresenta o resumo das doses aplicadas de primeira e segunda dose da COVID19 até a data de hoje, com 4.265.816 doses aplicadas sendo: 3.096.343 da primeira dose e 1.169.473 da segunda dose. Diz que, em relação aos Tablets e Chips conforme acordado com o COSEMS/SP serão feitas as pactuações dos locais que receberão estes Tablets com Chip, capa e caneta. Acrescenta que já foram entregues 296 Tablets e está sendo pactuado a entrega de mais 3.150, para todos os 645 municípios contemplando as salas de vacina. Ressalta que, em relação às melhorias do “Vacivida”, a partir de 16/03/2021 houve uma atualização para a realização das correções para o município e para o GVE, portanto, os municípios conseguem fazer a correção do grupo de atendimento, saber qual foi o imunobiológico administrado, o lote da vacina, a data da vacina e o local de aplicação. Esclarece que a partir destas correções, constam vinte e cinco mil registros corrigidos com o histórico do paciente.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP atualiza todos quanto ao número de leitos autorizados, pelo MS o número muito inferior das autorizações de leitos de UTI que o Estado e os municípios programaram e solicitaram. Coloca que o Governo do Estado de São Paulo ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal requerendo a imediata autorização de todos os leitos do Estado de São Paulo, independente de ser leito em unidades sob gestão estadual ou sob gestão municipal. Diz que se observa o descumprimento reiterado da decisão da ministra Rosa Weber no sentido de adoção de medidas imediatas para o cumprimento da decisão, no entanto se observa um avanço, atualmente com 1.600 leitos incluídos no conjunto de leitos autorizados pelo Ministério da Saúde, porém, ainda deixam pendentes quase 2 mil leitos. Afirma que atualmente são 1.932 leitos em funcionamento sem autorização e financiamento do governo federal. Coloca que em relação às vacinas, temos predominantemente a vacina do Butantan. Comenta que o Ministro da Saúde fez uma fala em que informa que foram contratadas 560 milhões de doses, com entrega prevista até dezembro de 2021. Atualiza a todos afirmando que o estado está tentando avançar dentro das possibilidades que foram criadas, pelo novo regramento prospectarem o mercado para buscar outras vacinas. Finaliza afirmando que a Frente Nacional dos Prefeitos está buscando também estas contratações.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP diz que no dia 18/03/2021, ficou agendado uma reunião, com seis grandes empresas de fornecimento de gases medicinais do mercado, uma não compareceu, as demais ou estavam presencial ou estavam representadas dentro de um grupo econômico de maior liderança. Informa a todos que o contrato das empresas até o presente momento está estável, na perspectiva de fornecer, mesmo com toda dificuldade e sacrifício neste momento. Diz que estas empresas sugeriram algumas medidas que serão socializadas com todos para tentar melhorar um pouco essa equação e que vai desde o tempo de devolução do cilindro, por cada unidade, para ser abastecido, até com a questão do desperdício da utilização do gás, quer seja por vazamento da rede ou por compartilhamento e divisão dos registros de saídas da divisão, a questão da preocupação com a expansão de pressão interna dentro da rede de gases em unidades que não estavam preparadas para isso, a questão da sobrecarga principalmente no fluxo daquelas que dependem de cilindro, muitas unidades passando de 50 cilindros por mês para 20 cilindros por dia e a dificuldade de mudar uma modalidade de cilindro para granel que nestes casos atendem melhor. Coloca que as empresas fabricantes que estão com a situação neste momento razoavelmente equacionada, mas não para expansão, portanto, apresentando resistência em aceitar novas empreitadas há uma queixa muito grande da imprevisibilidade da expansão, eles dizem que não estão sendo informados com antecedência da perspectiva de

expansão, o que de verdade mostra-se o dia a dia se impondo uma dinâmica muito menos organizada do que gostaríamos. Esclarece ainda que, outra queixa do mercado é a pulverização, isto é, observa-se que para se atender um hospital de campanha com 200 leitos é muito mais razoável do que atender estes mesmos 200 leitos em 20, 30 endereços diferentes, portanto diz que, este é um ponto que não se tem muito equacionado, fica para registro conhecimento de todos. Coloca que outro aspecto sinalizado pelas empresas e sobre o cilindro, pois, o mercado está disfuncional na aquisição dos mesmos, com entrega atualmente chegando em 150 dias, o mercado do aço já está reagindo, portanto atualmente, o cilindro é mais restritivo do que o oxigênio propriamente dito e o cilindro quando existe tem um fator limitante que é o envase na distribuidora, de todo modo, se por um lado estão com muita dificuldade de abrir novas frentes, de outro lado se mostraram entendedores de que neste momento os compromissos que eles assumiram irão honrar. Finaliza afirmando que a reunião foi muito proveitosa no sentido de ouvir os esclarecimentos prestados pelas empresas e a avaliação para o momento atual.

Dirce Cruz Marques, assessora do COSEMS/SP apresenta um levantamento elaborado pelo COSEMS, referente à situação geral dos pequenos municípios do Estado, em virtude das situações que se deterioram a cada dia e que criaram instâncias de uso de oxigênio imediato. Informa que houve uma solicitação para que os apoiadores em contato com os gestores identificassem serviços que estivessem com uma situação absolutamente dramática quanto a reposição de cilindro. Afirma que são 51 municípios com 63 serviços de saúde em situação crítica, e que sozinhos não conseguem fazer nada neste momento e porque os distribuidores não garantem nem a logística e a reposição de cilindro. Informa ainda que, pelo ultimo levantamento são 775 usuários, que necessitam de suporte de oxigênio, em situação crítica. Conclui que esta situação precisa de um encaminhamento urgente, dos casos sem abastecimento regular e sem cilindro, de forma ágil para suprir esta demanda.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP entende que a necessidade atual é de agilizar o reabastecimento dos cilindros nos municípios pequenos. Diz que neste momento, para dirimir esta situação, há a necessidade de aumentar a demanda de oxigênio nestas unidades, para que as pessoas não fiquem desassistidas.

Dirce Cruz Marques, assessora do COSEMS/SP informa que nesses serviços comportam somente cilindro de oxigênio.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP pergunta se mudaria algo neste cenário se por acaso houvesse em algum lugar cilindros vazios?

Dirce Cruz Marques, assessora do COSEMS/SP responde que mudaria se acelerar a logística de abastecimento.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP sugere que considerando o levantamento apresentado, se for possível mapear e colocar os serviços dos pequenos municípios concentrados nos municípios de maior porte existe uma chance, pois faltando numa região outra pode ajudar a abastecer mesmo que em quantidade pequena.

Dirce Cruz Marques, assessora do COSEMS/SP entende, mas propõe que se aumente a capacidade de atendimento nestes pontos estratégicos maiores.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo Eduardo coloca que a informação é por via censo. Diz que foi solicitado aos municípios para que cada um informasse sua situação, no abastecimento de oxigênio.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Guararema propõe que se faça um plano emergencial, de apoio aos municípios, que conduza uma proposta de prevenindo-se a falta de oxigênio.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema afirma que está se constatando que não somente os leitos de UTI demandam consumo de oxigênio, mas também, as clínicas médicas, as enfermarias Covid.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo propõe compartilhar essas informações levantadas e através de Ofício CIB encaminhar ao Ministério da Saúde.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP concorda com o Dr. Geraldo e que seja uma decisão Bipartite. Esclarece que, mais do que uma parceria, solicita a compreensão e compartilhando com todos os municípios esta predisposição que o Estado demonstra para que se possa avançar de forma conjunta.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema coloca que em relação a vacinação, em reunião com o Conselho de Representantes do COSEMS/SP ontem e na reunião de diretoria hoje os assuntos mais comentados foram relacionados, as dificuldades no enfrentamento da COVID-19 quanto a falta de vacinas e a dificuldade por parte dos gestores municipais, no enfrentamento da

doença. Ressalta que algumas questões precisam de uma discussão mais ampla. Afirma que há divergência, nas grades de abertura de novas faixas etárias no estado em desacordo com as pautas do Programa Nacional de Imunização – PNI, onde o PNI está num estágio e o Estado de São Paulo está abrindo novas faixas etárias sem concluir as fases anteriores. Outro assunto diz respeito à produção de oxigênio hospitalar. Coloca ainda que, quando se amplia qualquer serviço, também ocorre o aumento de novos trabalhadores da saúde e estes também precisam ser vacinados. Informa que essa é uma demanda que os gestores municipais estão criticando as ações do estado ao afirmar que já se atingiu e encerrou a vacinação dos profissionais da saúde, no estado. No entanto, afirma que esses trabalhadores existem e precisam ser vacinados também, assim como, outras faixas etárias que são apontadas pelo governo do Estado por encerrada 100% e que na verdade não estão ainda, causando muita confusão nos municípios. Propõe retomar as reuniões entre COSEMS e SES para discussão e tomada de decisão conjunta.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP responde que a respeito do não acontecimento das últimas reuniões é responsabilidade dele, por compromissos urgentes. Afirma que serão retomadas sim as reuniões.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema ressalta que havia solicitado anteriormente e não foi encaminhado até o momento à CCD, a grade das vacinas de cada município, por doses e grupo prioritário.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP coloca que o número de trabalhadores que foi calculado inclusive pelo PNI, foi pelo número de trabalhadores vacinados na última campanha de influenza, e o que o COSEMS/SP aponta que este número está subestimado em relação ao número de trabalhadores existentes hoje da saúde nos municípios. Informa que foi encaminhado Ofício do COSEMS/SP solicitando rever o número de trabalhadores da saúde e cobrir o que ficou sem vacinar, essa é a proposta.

Dra. Regiane A. Cardoso de Paula, Coordenadora da Coordenadoria de Controle de Doenças – CCD/SES coloca que rever fica muito difícil em meio a toda pandemia. Explica que quando se fez o levantamento e começou a vacinação em 17/01/2021, o PNI estava muito atrás daquilo que já estava programado no Plano Estadual de Imunização, após este período o PNI apresentou o mesmo critério, número de profissionais trabalhadores da saúde na última campanha de influenza. Afirma que, a série histórica do número de trabalhadores da saúde na campanha de influenza, fica em torno de um milhão e sem oscilação nos últimos anos de campanha. Informa que, em 2020, com a pandemia em curso chegou-se no estado de São

Paulo a uma cobertura de 1.537.000 e este foi o recorte usado para a vacinação dos trabalhadores da saúde. Compreende o que foi dito aqui e diz que, frente a essa nova demanda quanto à ampliação de profissionais para a linha de frente ao combate da pandemia será revisto este contingente e junto ao CVE e Gabinete/SES definir a estratégia para o aporte de mais vacinas para essa categoria.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema coloca que é necessário vacinar os novos trabalhadores e também os trabalhadores que estão á espera da vacina. Pergunta como pode ser feito um encaminhamento nesse sentido.

Dra. Regiane A. Cardoso de Paula, Coordenadora da Coordenadoria de Controle de Doenças – CCD/SES diz que com essa procura maior dos profissionais da saúde que nunca tomaram vacina, por exemplo, veterinários eles nunca foram procurar vacina de influenza, por isso, eles não estavam contemplados e hoje eles precisam ser e será revisto essa situação.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP coloca que a CIB é o fórum para discutir essas questões que, em tese, nos afastam por isso aqui ocorre a aproximação porque são muitas coisas que se faz, tanto o estado como os municípios e que está sendo absolutamente exitoso, por exemplo, a cada dez vacinas 9,5 são vacinas do Butantan e isso corresponde a uma logística, que o Dr. Geraldo acompanha, de como é árduo esse trabalho. Comenta que o PNI ele também abre novas frentes sem concluir as anteriores e não é algo que ele explicita publicamente e não vincula a relação com a realidade. Afirma que serão equacionadas as informações na medida do possível, em relação a complementação de vacinas. Diz que se faz necessária uma discussão que é a seguinte: uma situação são os trabalhadores da saúde da linha de frente que já foram vacinados outra situação são os demais trabalhadores da saúde versus os idosos ainda não vacinados e neste impasse é uma questão de escolha, por exemplo, vacinação de uma pessoa de 65 anos versus um trabalhador de saúde que não seja da linha de frente de 28 anos, nesta situação não há resposta para isso, e há necessidade urgente de se discutir com profundidade.

Dr. Tiago Texera Secretário Municipal de Saúde de Jundiaí e membro da Diretoria do COSEMS/SP coloca que existe uma iniquidade no processo de vacinação dos trabalhadores da saúde. Explica que, com a informação de que 100% do grupo de trabalhadores da saúde foram contemplados, gerou um caos em muitos municípios. Acredita que o mais razoável seria terminar o grupo de risco de sessenta anos e mais, e, com mais vacinas chegando, abriria novamente este grupo dos trabalhadores da saúde que estão contemplados na PNI.

Dra. Regiane A. Cardoso de Paula, Coordenadora da Coordenadoria de Controle de Doenças – CCD/SES ressalta que nas reuniões de terça-feira, que serão retomadas, será discutida a revisão desta situação. Coloca que houve por parte de alguns municípios, uma forma de trabalhar a vacinação não muito parceira com seus vizinhos, o que deveria valer para todo mundo, a mesma regra e a regra estava colocada em todos os informes elaborados pelo Centro de Vigilância Epidemiológica. Afirma que será revista esta situação, e discutindo meios para identificar o numero desses trabalhadores através do CNES e chegar num ponto comum e mais preciso das informações.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo propõe elaborar um documento explicitando, para avançar nessa faixa, ampliando a idade da população em geral.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP concorda com a proposta de elaborar o documento.

Dra. Regiane A. Cardoso de Paula, Coordenadora da Coordenadoria de Controle de Doenças – CCD/SES afirma que o CVE encaminha para todos os GVEs a solicitação que se faça a busca em todos os seus municípios na área de abrangência do GVE e pode ser discutido em CIR e depois ser pactuado *ad referendum* os critérios que já estão definidos no PNI e verifica-se qual é esse quantitativo e tentar viabilizar.

V. INFORMES

1. Relação de municípios que solicitaram credenciamento de Equipes de Saúde da Família (eSF), Equipes de Atenção Básica(eAB) Equipes de Saúde Bucal(eSB), Agentes comunitários de Saúde(ACS), Gerente de Atenção Básica, UOM e Núcleo de Apoio à Saúde da Família(NASF) e Consultório na Rua(eCR). Portaria nº 1.710, de 08/07/2019 e Nota Técnica 100/2019-CGFAP/DESF/SAPS/MS.

MUNICÍPIO	eSF	eAP		ACS	Gerente	eSB		NASF			eCR		
		MOD. I	MOD.II			I	II	I	II	III	I	II	III
BASTOS	0	1		0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
BRODOWSKI	0	0		0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
COSMORAMA	0	0		0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
MONTE ALEGRE DO SUL	0	1		0	0	6	0	0	0	0	0	0	0
NOVA GRANADA	3	0		18	1	3	0	0	0	0	0	0	0
QUEIROZ	0	0		4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	0	0		0	0	1	0	0	0	0	0	0	0

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES informa a relação dos municípios que solicitaram credenciamento para ciência à CIB.

2. Ofício nº 147/2021/SAPS/MS em resposta aos Ofícios CIB nº 13 e nº 42/2020 que solicitou ampliação de prazo (componente captação ponderada) pela Portaria 2.979/2019 – Programa Previne Brasil.

Arnaldo Sala, AB/CRS/SES informa que o ofício é resposta ao Ofício CIB que versa sobre as novas regras do programa da Atenção Básica, do Programa Previne Brasil. Informa que a CIB encaminhou por duas vezes, Ofício CIB ao Ministério da Saúde demonstrando as dificuldades que os municípios estão enfrentando, com as novas regras do programa Previne Brasil. Diz que o último deles já no contexto da pandemia apresentou a necessidade de se prorrogar por mais tempo as regras de transição. Coloca que o Ministério da Saúde no início do ano respondeu o segundo Ofício CIB dizendo que com a Portaria nº166/janeiro/2021, estava prorrogando o período de transição, de forma que, no primeiro quadrimestre ainda valeria o potencial de cadastro como fórmula de cálculo para os municípios receberem o componente de captação e até o final do segundo quadrimestre receberão os sete indicadores de desempenho. Conclui que, no primeiro quadrimestre estaria garantida a captação e até o segundo quadrimestre estaria garantido o desempenho de forma que os municípios teriam mais tempo de se adequar.

3. Ofício nº 139/2021 DAET/MS, em resposta Ofício CIB 62/2020, do Projeto de Investimento, do Hospital Padre Bento em Guarulhos, sob gestão estadual, aprovado na CIB de setembro/2020.

Sandra Regina Sestokas Zorzeto, assistente CSS/SES coloca que em relação à aquisição de equipamentos de hemodinâmica e ressonância nuclear magnética e do microscópio cirúrgico para a neurocirurgia foi aprovada esta aquisição, no entanto, a emenda parlamentar até o momento não veio. Informa que, conseguiu-se a verba para a ressonância nuclear magnética apenas, os demais equipamentos aprovados, ainda, não foram comprados.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES ressalta que os equipamentos estavam previsto via emenda, neste momento conseguimos a ressonância nuclear magnética se adquiriu via BID

4. Reabertura de credenciamento de Equipes de Saúde Prisional e cadastramento das equipes de saúde, considerando a Deliberação CIB 62/2012 referentes às Diretrizes para a Atenção à Saúde da População Privada de Liberdade.

Marizete Peixoto Medeiros, GTAS-PPL/CPS/SES, cumprimenta a todos e informa que continua o cadastramento após a reabertura de credenciamento, por parte do departamento de Saúde da Família para cadastrar as equipes de atenção primária prisional no SAIPS. Ressalta a importância e a necessidade de equalizar o cadastro destes profissionais que atuam na atenção primária prisional junto ao sistema de cadastro ao CNES. Esclarece que em algumas unidades prisionais os profissionais não estão cadastrados no CNES e do total de 48 municípios apenas 20 municípios possuem equipes cadastradas. Informa que é preciso orientar e acompanhar junto aos municípios o cadastro destas equipes. Esclarece que foi elaborada uma orientação técnica para ser encaminhada via CRS para os DRS especificando quais são as unidades que hoje estão necessitando de cadastramento e sempre contando com o apoio da SAP que é extremamente necessário. Afirma que irá divulgar amplamente estas orientações e esclarece que somente os municípios podem fazer o cadastro, pois, são equipes com vínculo municipal, portanto, é importante que os municípios sejam orientados e apoiados para este cadastramento.

5. Ofício nº 92/SAPS/MS – em resposta ao OFÍCIO CIB 94/2020 sobre as habilitações e custeio de CAPS e SRT.

Roxane Alencar Coutinho, Saúde Mental/CCD/SES cumprimenta a todos e informa que, o Ministério da Saúde respondeu o Ofício CIB 94/2020 encaminhado em 10/12/2020 solicitando a habilitação e custeio dos serviços de CAPS principalmente, e Residência Terapêutica. Explica que o Ministério da Saúde apontou que, em 2020, de fato foram habilitados 56 novos serviços no valor de oitocentos e quatorze mil porém, estes são um terço dos serviços que estão em funcionamento desde 2016, que somam 140 serviços de CAPS e tem mais as residências terapêuticas. Ressalta que, apesar da situação de pandemia, estes serviços estão funcionando desde 2016 custeados pelos municípios.

6. Assistência Farmacêutica:

- **Situação de Abastecimento dos Componentes da Assistência Farmacêutica: CBAF, CEAF, CESAF;**

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, inicialmente coloca que a situação de abastecimento dos componentes do Programa Dose Certa, a maioria dos medicamentos estão em dia somando 58 itens abastecidos dentro do cronograma, com atraso como a metilformina aguardando entrega do fornecedor e dois dos itens pactuados a amitriptilina e o aciclovir, repassados em recursos financeiro, pois não se conseguiu viabilizar a aquisição. Diz que, quanto ao componente especializado, são 26 itens com alguma situação de falta nas unidades, destes, 12 itens do

Ministério da Saúde, um deles já está em distribuição; o adalimumabe está com outra apresentação e os demais itens aguardando a entrega. Informa que os itens do Estado são 14 com algum problema, porém, com 9 itens resolvidos e aguardando entrega pelo fornecedor para a distribuição. Complementa que continuam com 4 itens com dificuldade de aquisição, a bromocriptina que foi descontinuada, portanto, a orientação será para que usem as outras opções terapêuticas do protocolo de Parkinson. Informa que continua a licitação de clobetazol, atorvastatina, ciproterona. Ressalta que a apresentação do ácido nicotínico foi descontinuado, porém, o Ministério da Saúde e outras empresas estão sendo cotadas para outra apresentação de ácido nicotínico, mas no momento está sem previsão de regularização. Informa ainda que, referente ao componente estratégico a dapsona, o fabricante é a Furp e está com a matéria prima indisponível e a ureia que é um creme para a situação da hanseníase ainda continua com a dificuldade licitatória.

- **Situação de abastecimento Kit Intubação.**

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, informa que a situação do kit intubação tem sido veiculada semanalmente, os hospitais estão preenchendo na plataforma e as duas classes terapêuticas bloqueador neuromuscular e os fármacos para sedação continuam em situação crítica: o atracúrio, cisatracúrio, rocurônio, propofol e midazolam, para todas as unidades. Afirma que a CAF está auxiliando nos remanejamentos das medicações, porém, está cada vez mais difícil porque com a abertura de novos leitos existe uma movimentação maior de solicitações de compra pela ata nacional.

Tiago Texera, Secretário Municipal de Saúde de Jundiaí e membro da Diretoria do COSEMS/SP, pergunta se está sendo utilizada a plataforma MEDCOVID e se somente 50% destes hospitais que estão nesta plataforma?

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES informa que não são todos os hospitais que estão preenchendo a plataforma. Diz que estão sendo reorientados para que preencham a plataforma, pois, se observa que muitos deixaram de preencher quando a situação de pacientes se estabilizou, porém, quando chega o medicamento do Ministério é necessário estas informações de forma correta do quantitativo dos medicamentos.

Tiago Texera, Secretário Municipal de Saúde de Jundiaí e membro da Diretoria do COSEMS/SP, pergunta como fica aqueles hospitais que estão cadastrados no MEDCOVID?

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES responde que estes hospitais estão cadastrados, mas não estão informando.

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, responde que no momento houve um aumento da demanda rapidamente sobre a produção prevista e afirma que outro problema é da matéria prima que vem da China e da Índia.

Tiago Texera, Secretário Municipal de Saúde de Jundiaí e membro da Diretoria do COSEMS/SP, pergunta se então existe uma escassez no princípio ativo dos medicamentos?

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, responde que sim e que o consumo mundial também teve um aumento. Coloca ainda que o CONASS informou que a demanda é compartilhada via Anvisa com as indústrias, do mesmo jeito que a Anvisa onde estas indústrias estão vendendo.

Dirce Cruz Marques, assessora do COSEMS/SP coloca a necessidade urgente de ampliar a distribuição de medicamento para todos os serviços, independente de estarem no mapa de leitos Covid, pois na prática estão fazendo intubação e para que possam entrar no MEDCOVID também e receber algo, embora a lista do mapa de leitos vai ser publicada agora com UPAS também.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS Silvany informa que na realidade o leito de suporte ventilatório entra na distribuição e as UPAS entram com estes leitos, e que portanto, o mapa de leitos contempla todos estes leitos.

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, diz que, na requisição administrativa é considerado somente o que entrar oficialmente no mapa de leitos.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS, afirma todos com UTI e Suporte Ventilatório Pulmonar entram no mapa de leitos de contingência.

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, ressalta que as UPAS entram sim, mas talvez, outra unidade que oficialmente não tenha o suporte ventilatório não entre. Diz que os dados apresentados na plataforma com o que oficialmente está no mapa, serão parâmetros para fazer o corte.

Dirce Cruz Marques, assessora do COSEMS/SP, coloca que existe um pleito neste momento com uma conversa inicial ainda com o CONASS e com o CONASEMS para ampliar esta possibilidade, independente do mapa de leitos. Propõe que este pleito, com a possibilidade nacional que, o estado de São Paulo abra o MED COVID para todos os serviços que estejam fazendo este tipo de procedimento.

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES coloca que não se tem noção do quantitativo que ficará fora dessa situação, pode ser sugerido e se possível solicitar a inclusão na plataforma.

7. Ofício CIB 11, encaminhado em 05/03/2021, aos Hospitais Estaduais e Municipais, com as orientações do monitoramento da demanda e estoque de medicamentos e oxigênio pelo Sistema MEDCOVID-19.

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES informa que foi encaminhado Ofício CIB, aos Hospitais Estaduais e Municipais para coletar informação da demanda e consumo de oxigênio.

8. Ofícios GS/SES/SP nº 509/2021 e nº 510/2021 encaminhados ao MS em 03/03/2021 reiterando medidas expressas e urgentes, para recompor os estoques de medicamentos utilizados em intubação, nos hospitais que possuem leitos destinados para COVID-19.

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, informa que foram elaborados ofícios GS/SES/SP com documentos bastante completos, elaborados pela CAF ao MS reiterando medidas urgentes quanto ao estoque de medicamentos do Kit intubação. Coloca que nos documentos relata-se a situação crítica que se encontra o estado. Coloca que mesmo fazendo o aditamento em 50% com as empresas, assinatura de contrato em 24 horas, não houve a entrega total de medicamentos. Ressalta que nos Ofícios, foram relatados os insucessos das compras dos medicamentos, e que foram relacionadas às discrepâncias de preço. Explica que os hospitais continuavam fazendo as suas compras, porém, sem sucesso, portanto, existe a urgência que o Ministério da Saúde retome as requisições administrativas ou alguma estratégia centralizada para suprir a falta dos medicamentos. Informa que o Estado foi convocado para participar de uma reunião no dia 22/03/2021 em conjunto com a SAES, o Ministério da Saúde e o CONASS para obter mais informações referentes aos medicamentos, inclusive existe uma força tarefa da CAF junto com a Consultoria Jurídica e a PGE para conseguir alguma ação mais impositiva de entrega destes medicamentos que foram empenhados, ou seja, uma requisição administrativa ou uma obrigação judicial. Ressalta que os estoques dos hospitais não duram mais do que 10 dias, pois, apresentam muitas internações e muitos pacientes na fila. Diz que através dos Ofícios

estão solicitando uma quantidade concreta de medicamentos ao Ministério da Saúde e que apesar deles terem enviado alguma medicação, a quantidade ainda não é suficiente.

9. Repasse da SES para os fundos municipais de saúde, de recursos no valor de 2 reais per capita, em parcela única, para apoiar custeio das atividades da campanha de vacinação contra COVID-19, a ser repassado no mês de março/2021.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS coloca que o Dr. Eduardo Adriano, Secretário Adjunto da SES, informa que neste momento, não existe a possibilidade de repassar este recurso. Ressalta que o Dr. Eduardo já conversou com o Dr. Geraldo Reple, Presidente do COSEMS/SP.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, diz que o COSEMS/SP gostaria de deixar registrado mesmo assim que o orçamento para a saúde dos municípios atualmente gira em média de 27%, da receita própria tanto para 2020 e pelo visto será também para 2021.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS, ressalta que espera que a situação melhore, para garantir a assistência para todos que precisam, pois está muito difícil dar assistência ao número de pacientes crescente a cada dia e que infelizmente o isolamento social não está acontecendo de forma eficaz pela população. Encerra a reunião agradecendo a presença de todos.